

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
EDcl no AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50779 - SP
(2016/0110269-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : AYRTON ARGENTO
ADVOGADO : FÁBIA PINHEIRO ARGENTO - SP333937
EMBARGADO : LUCIANA SAMPAIO FREIXO HARTUNG
ADVOGADO : FÁBIO ROGÉRIO GUEDES VIEIRA - SP223059
INTERES. : ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. 1. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO AO PEDIDO DE IMPOSIÇÃO DE MULTA FUNDADA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015 À PARTE ADVERSA EFETUADO EM CONTRARRAZÕES AO AGRAVO INTERNO. RECONHECIMENTO. ENFRENTAMENTO. NECESSIDADE. 2. APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO NCPC. IMPOSSIBILIDADE. 3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES.

1. Ausência do enfrentamento do pedido de imposição de multa fundada no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 efetuado em contrarrazões ao agravo interno, a configurar a omissão apontada.

2. A aplicação da multa prevista nos arts. 259, § 4º, do Regimento Interno do STJ e 1.021, § 4º, do NCPC não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória.

2.1 Na hipótese, a insurgência deduzida no agravo interno, destinada a promover o conhecimento, na origem, de mandado de segurança impetrado por terceiro, embora improcedente (a excepcionar a aplicação do enunciado n. 202 da Súmula do STJ), ateu-se aos fundamentos da decisão agravada, em legítimo exercício do direito de recorrer, corolário dos princípios do contraditório e da ampla defesa, com o que se obteve a manifestação do colegiado, órgão judicial competente para conhecer e julgar o recurso ordinário em definitivo.

3. Embargos de declaração acolhidos para suprir a omissão apontada, sem atribuição de efeitos infringentes.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator